

3 — Determinar que o encarregado de missão seja coadjuvado por um adjunto, sem prejuízo do apoio e assistência técnica prestados pela comissão de acompanhamento, prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2003, de 29 de Agosto.

4 — Determinar que são objectivos da comissão de acompanhamento colaborar na elaboração do PDTVD, mediante, designadamente:

- a) A apresentação de propostas de medidas de política e de projectos com impacto no desenvolvimento do turismo da zona em estudo;
- b) A participação nas reuniões convocadas pelo encarregado de missão;
- c) A apreciação e discussão da proposta do PDTVD.

5 — Determinar que a comissão de acompanhamento é composta por um representante de cada uma das seguintes entidades públicas:

- a) Agência Portuguesa para o Investimento, E. P. E.;
- b) Direcção Regional da Economia do Norte;
- c) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- d) CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.;
- e) Delegação Regional Norte do Ministério da Cultura;
- f) Instituto Nacional da Aviação Civil;
- g) Direcção-Geral da Saúde;
- h) Direcção-Geral do Turismo;
- i) Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho;
- j) Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes;
- k) ICEP Portugal;
- m) Instituto das Estradas de Portugal;
- n) Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo;
- o) Instituto de Formação Turística;
- p) Instituto Portuário e Transportes Marítimos;
- q) REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P.;
- r) Instituto da Conservação da Natureza.

6 — Estabelecer que o encarregado de missão pode endereçar convite a outras entidades no sentido de integrarem a comissão de acompanhamento, nomeadamente associações empresariais, agrupamentos de concelhos e regiões de turismo.

7 — Estabelecer que a comissão de acompanhamento reúne sempre que para o efeito for convocada pelo encarregado de missão, com a antecedência mínima de quatro dias úteis, em reuniões gerais ou em reuniões parciais, para a análise e discussão de assuntos específicos.

8 — Determinar que o encarregado de missão terá o apoio logístico e de funcionamento assegurado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, bem como a assistência técnica de uma equipa executiva participada pela mesma Comissão de Coordenação Regional, pela Agência Portuguesa para o Investimento, E. P. E., e pela Direcção Regional da Economia do Norte.

9 — Determinar que, para efeitos do estabelecido nos n.ºs 5 a 8, os encargos são suportados pelas respectivas entidades.

10 — Nomear adjunta do encarregado de missão a Dr.ª Maria Laudomira Figueiredo Gonçalves de Jesus, que desempenhará funções a título gratuito, sendo equiparada, para todos os demais efeitos, à categoria de subdirector-geral.

11 — Determinar que o encarregado de missão poderá recorrer a consultores externos para o desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do PDTVD, sendo os respectivos custos financeiros suportados, em partes iguais, pelo Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo e pela Agência Portuguesa para o Investimento, E. P. E.

12 — Fixar como termo do mandato do encarregado de missão e da adjunta do encarregado de missão o dia 30 de Abril de 2004.

13 — A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

23 de Dezembro de 2003. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

### Secretaria-Geral

**Declaração n.º 12/2004 (2.ª série).** — Nos termos do despacho n.º 14 296/2003 (2.ª série), do Primeiro-Ministro, o Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, por despacho de 16 de Dezembro de 2003, declarou a utilidade pública do Clube Gaivotas da Torre — Associação Juvenil, com sede em São João do Estoril, Cascais, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

5 de Janeiro de 2004. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

## Conselho Superior de Estatística

**Deliberação n.º 45/2004.** — 265.ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística — Aprovação para Fins Estatísticos da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF). — Considerando que a Classificação Nacional das Áreas de Formação (CNAEF) resulta dos processos de adaptação e tradução de uma subclassificação da Classificação Internacional Tipo de Educação, aprovada em 1997 pela UNESCO (ISCED 97) e cuja versão inicial foi elaborada a nível comunitário (Eurostat/Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional — CEDEFOP), com o objectivo de suprir a inexistência de uma classificação internacional harmonizada na área da formação (inicial e contínua);

Tendo, por outro lado, em consideração a inexistência, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN), de uma classificação harmonizada que se constitua como um instrumento técnico de coordenação estatística na área da educação e formação;

Tendo ainda em conta que a CNAEF (embora numa anterior versão) foi aprovada pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade (através da Portaria n.º 316/2001, de 2 de Abril, em anexo) para efeitos de «recolha e tratamento de dados sobre a formação profissional [...], dos inquéritos e estudos e da identificação da oferta formativa»;

Considerando por último que a CNAEF foi objecto de análise detalhada pelo Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Formação Profissional e Educação, tendo sido apreciada favoravelmente, na sequência da introdução de alguns ajustamentos:

1 — Nos termos do artigo 10.º, n.º 10, alínea b) da Lei n.º 6/89, de 15 de Abril, e de acordo com as competências previstas no n.º 2 do anexo D da 140.ª Deliberação do CSE, a Secção Permanente de Planeamento, Coordenação e Difusão delibera:

- a) Aprovar para fins estatísticos a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) com vista à sua utilização com carácter vinculativo, pelas entidades produtoras de estatísticas no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, sem prejuízo das alterações ainda a introduzir com base nos contributos a enviar ao Secretariado do CSE pelos vogais da Secção, dentro do prazo acordado;
- b) Recomendar às entidades da Administração Pública em geral que esta Classificação venha a ser adoptada na elaboração de documentos administrativos passíveis de aproveitamento para fins estatísticos;
- c) Atribuir ao Instituto Nacional de Estatística, em articulação com a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, a responsabilidade de divulgar junto do CSE, com vista à respectiva aprovação para fins estatísticos, as alterações que venham futuramente a revelar-se necessárias, decorrentes de actualizações de carácter comunitário ou nacional.

13 de Novembro de 2003. — O Presidente da Secção, *Orlando Calço*. — A Secretária, *Maria Margarida Lobo da Conceição Madalena*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Portaria n.º 109/2004 (2.ª série).** — Os Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana solicitaram a cessão do antigo Posto Fiscal da Costa de Santo André, concelho de Santiago do Cacém, para a realização dos fins estatutários daqueles Serviços, designadamente no âmbito da protecção social dos respectivos beneficiários.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, o seguinte:

1 — Autorizar, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, a cessão, a título definitivo, aos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana do prédio onde funcionou o Posto Fiscal da Costa de Santo André, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo André sob o artigo 353, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém na ficha n.º 02822/160695-Santo André, registado a favor do Estado pela inscrição G-1.

2 — Reconhecer o interesse público da cessão, uma vez que o imóvel se destina ao prosseguimento das atribuições legalmente cometidas à entidade cessionária, cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 262/99, de 8 de Julho.

3 — A presente cessão opera-se mediante o pagamento da compensação de € 129 687,45, a pagar integralmente aquando da assinatura do auto de cessão.

4 — Esta cessão fica sujeita a reversão para o Estado, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, sem direito a qualquer indemnização por benfeitorias realizadas, devendo o imóvel